



Presidente **p.9**

PSD desafia o Governo a esclarecer se vai reverter a reforma laboral



PSD **p.14**

“Quem não tem medo, aceita ser fiscalizado”

Povo Livre



n.º 1967
3 de maio de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD



**PRECISAMOS
DE INSPIRAR
A LIBERDADE
PELO EXEMPLO**

adeno

Pedro Passos Coelho esteve na apresentação da candidatura de Cancela Moura à câmara de Vila Nova de Gaia



Pedro Passos Coelho na apresentação da candidatura “Gaia de Novo”

“Precisamos de inspirar a liberdade pelo exemplo”

O presidente do PSD desafiou o Governo a governar a pensar no futuro. “Que este 25 de abril não seja mais um jogo de sombras como aquele a que nos vêm habituando. Quem está hoje na oposição, tem o interesse dos portugueses à frente de tudo”, reiterou Pedro Passos Coelho, que acusou o Governo de estar a fazer da sua governação “um jogo de sombras sem assumir responsabilidades”.

Portugal precisa de voltar a ter um dinamismo transformador e reformista, lutando contra a intolerância, contra o pensamento único, “contra os que querem impor o igualitarismo, onde residem as autocracias e totalitarismos no mundo. Queremos construir uma sociedade que se reforme, que seja tolerante em relação à sociedade política. Muitas vezes isso tem faltado, e temos quem não responda pelas decisões que toma, quem crie factos alternativos. Precisamos de inspirar a liberdade pelo exemplo, pelo respeito e por uma agenda reformista”.

Relembrando que os portugueses não têm memória curta, o líder do PSD lembrou que, em 2015, o país acreditava que era possível continuar a crescer a um ritmo superior, “e não percebe porque se abrandou”. Quando o PSD estava no governo, conseguiu “contagiar com confiança quem queria investir em Portugal. Agora, demorámos quase um ano até que voltasse algum sinal



de confiança para investimento. Fechámos um memorando em 2014 e bem me recordo que não o fechámos graças a ajuda ou apoio do PS, BE e PCP.”

Hoje, “ainda não há uma perspetiva do Governo para saber quando é que a notação para Portugal sai do lixo e nos coloca numa situação em que se pode investir com segurança. Passaram quase três anos desde que cumprimos o memorando e não há essa perspetiva”, declarou.

Tal acontece porque ainda ninguém percebeu “como se espera cumprir os objetivos a que o Governo se propôs, porque o próprio Governo ainda não sabe. No ano passado, a estratégia passou por cortar o investimento público. Será assim que tencionam fazer o caminho dos próximos anos, mudando a face da austeridade mas sem assumir o que conduz a esses resultados? Não querem dizer como vão fazer para não perderem o apoio da maioria ou dos portugueses, que assim perceberá melhor que há uma política nos discursos e outra nas decisões que se tomam”, acusou Pedro Passos Coelho.

O presidente do PSD desafiou ainda o atual Executivo a assumir que é preciso “fazer bom investimento público e dar condições de escolha em liberdade”. As diferenças entre os partidos não devem impedir o confronto de opiniões.

“Nós temos sido fiéis ao nosso pensamento, não mudamos por estar na oposição. E isso faz com que a nossa posição deva ser respeitada. Se há os que fazem de conta que os problemas não existem quando revertem reformas estruturais importantes, que nos impedem de crescer, e se tornam os maiores situacionistas porque não têm uma agenda de reformas, então é caso para dizer que as diferenças são mesmo importantes e devem ser confrontadas politicamente”, disse.

Portugal precisa de futuro, não de um tempo perdido como tem acontecido desde que o atual Governo tomou posse, e como aconteceu nos últimos quatro anos em Gaia, onde o presidente do PSD esteve presente para apoiar a candidatura de Cancela Moura à câmara. “O futuro conquista-se com ambição, mas ela não está na demagogia fácil nem no populismo. Ela está nos trabalhos que exigem muito de nós, que valem a pena e acrescentam horizonte”, afirmou.

Pedro Passos Coelho defendeu que “não basta administrar o presente, e os que apenas o fazem degradam o que receberam, não há nenhuma herança que seja eterna. Se queremos engrandecer o nosso horizonte, com uma sociedade mais justa e equitativa, em que respeitamos os outros, temos que dar liberdade para escolher livremente o seu projeto de vida, temos de nos dar ao trabalho. Não basta receber um legado, é preciso cuidar e acrescentar algo para futuro”.

“Quando fazemos por Portugal fazemos pela Europa”

“Quando olhamos para a maioria olhamos para contradições sacrificadas ao curto prazo. Se queremos mais prosperidade, por que razão têm um discurso tão dúplice quando olham para a União Europeia? Não estamos mais desenvolvidos desde que aderimos à então CEE? Quanto investimento foi feito através dessas políticas de coesão e solidariedade?”, questionou o líder da oposição.

“São os que nos governam hoje quem mais maldiz e culpa a Europa. E nem o disfarçam, como se se tratasse de uma coisa menor”, acusou Pedro Passos Coelho, que denunciou que os mesmos que apoiam o Governo são os mesmos que “querem que Portugal saia do Euro, que querem combater a União Europeia, e ao mesmo tempo celebram Soares, esse que foi um dos que trouxe a vocação de estarmos dentro da Europa.”

“Às vezes, quando ouço alguns desses políticos a propósito das eleições francesas e da segunda volta que há-de ocorrer, maldizendo certas escolhas, pergunto-me



que hipocrisia deve existir entre quem está tão próximo mas quer parecer estar tão distante”, disse.

Os portugueses têm o direito de se sentir portugueses na Europa, “e queremos que ela continue a ser um sonho que se realize em cada passo. Que possa trazer prosperidade e esperança. Quando fazemos por Portugal fazemos pela Europa, e quando fazemos pela Europa fazemos por Portugal”.

O líder social-democrata falava durante a apresentação da candidatura de Cancela Moura à presidência da câmara municipal de Gaia, sessão que contou também com a presença do dirigente nacional do CDS-PP, Pedro Mota Soares, e do eurodeputado Paulo Rangel. Assistiram ainda à apresentação da candidatura da coligação PSD/CDS “Gaia de Novo” José Matos Rosa, Aguiar-Branco, Rui Rio, Álvaro Almeida, Virgílio Macedo, Bragança Fernandes, António Tavares e Miguel Seabra.



Debate parlamentar quinzenal

Governo “lida mal” com a independência das instituições



O primeiro-ministro voltou a não responder às questões dirigidas pelo PSD, em debate quinzenal. O Governo continua a “lidar mal com as instituições independentes”. O líder do PSD lembrou que déficit de 2% do PIB só foi possível com o corte brutal no investimento público.

Pedro Passos Coelho questionou, no debate quinzenal de 26 de abril, o primeiro-ministro sobre a justificação para ter recusado “a proposta conjunta, nos termos da lei, do Banco de Portugal e do Tribunal de Contas para nomear dois novos elementos do Conselho de Finanças Públicas”. António Costa decidiu, uma vez mais, não responder às questões que lhe foram colocadas.

“Nós bem sabemos que ‘quem se mete com o PS leva’, quem se mete com o Governo leva”, criticou Passos Coelho, acusando o “PS de lidar mal com as instituições independentes e agora lidar mal com o parlamento, a quem entende não dever satisfações”.

O presidente do PSD lembrou que a nomeação para “o Conselho de Finanças Públicas decorre da lei”, motivo pelo qual “o Parlamento tem todas as condições” para pedir esclarecimentos. Apesar de ter convidado o primeiro-ministro a “emendar a mão e, desta vez, responder à questão”, a não-resposta foi, novamente, “inaceitável”. “Enquanto fui primeiro-ministro fui sempre escrutinado por todas as decisões que tomei e nunca me refugiei em tais visões sempre que no Parlamento fui questionado”, disse.

Pedro Passos Coelho referiu o contexto em que foi criado o Conselho de Finanças Públicas, tendo resultado, em 2010, de um acordo entre o PSD e o governo PS. Lembrou, ainda, que “nos termos de relatório que o governo aceitou, dizia que eram as entidades independentes, Banco de Portugal e Tribunal Constitucional quem nomearia todo o conselho”. Para o PSD, “trata-se de preservar a

independência da instituição”, algo que, segundo Pedro Passos Coelho, António Costa “não preza muito”.

Ao recusar a nomeação para o Conselho de Finanças Públicas, o atual Executivo “está, evidentemente, a faltar a um compromisso que foi assumido por um governo do PS com o PSD, está a violar o espírito dessa lei”, disse o presidente do PSD, apresentando a justificação para o que está a acontecer: “o Conselho de Finanças Públicas tem sido uma das instituições a desmascarar a aritmética impossível da sua execução orçamental”. Disse mais: “sabemos, desde Jorge Coelho, que quem se mete com

o PS leva, quem se mete com o governo leva. Leva se estiver no Banco de Portugal, no Conselho de Finanças Públicas”.

Para o PSD é, cada vez mais, evidente que “o PS lida mal com as instituições independentes”.

Governo sacrifica investimento público

Pedro Passos Coelho afirmou ter ouvido “com muito





interesse a pergunta do deputado Jerónimo de Sousa, apontando contradições na posição do Governo a propósito das metas orçamentais e da compatibilização com os objetivos assumidos no âmbito do semestre europeu”.

Considerando que a resposta de António Costa foi de que “não havia contradição”, mas tensão, o líder do PSD reforçou haver, sim, contradição. “Desde logo da parte do deputado Jerónimo de Sousa”, quando considerava “impossível” e “inaceitável” o objetivo do anterior governo em cumprir as metas do semestre europeu e de compatibilizá-las com o saneamento financeiro e a descida do défice. Para Pedro Passos Coelho, há hoje em Jerónimo de Sousa “mais simpatia e sensatez”.

O Executivo afirma que resolveu “os problemas da tensão sem contradição”, “mas também não é verdade”, acusou o líder dos social-democratas, reiterando que houve uma queda do investimento público de 0,9 face a 2015.

“É aqui que está a contradição, porque já percebemos que uma das principais variáveis foi o investimento público”, denunciou. “Senhor primeiro-ministro, a contradição da sua parte é total. O senhor era aquele que vinha dizer publicamente que isto de dizer que a economia haveria de crescer, sacrificando o investimento público, não podia dar certo, era uma coisa que não se podia conceber, afinal foi o que pôs em prática”, criticou.

Pedro Passos Coelho referiu-se, ainda, ao ministro Pedro Marques, concretamente à sua “tentação fantástica” de explicar, no Parlamento, que “afinal era o governo anterior que tinha o mérito dos 2% de défice de 2016, por não ter lançado os concursos públicos que teriam permitido que o investimento público fosse maior”.

De acordo com o presidente do PSD, “não é verdade”, pois o referido mérito deve-se ao atual Governo. “Mas não se deve à estratégia orçamental que o senhor propôs”, explicou, “deveu-se a cativações e ao corte no investimento público brutal, que é aquilo que o Governo tenciona fazer nos próximos anos para atingir essas metas”. Para o PSD, mais do que se tratar de “uma contradição para a geringonça ou para Bruxelas ver, é algo que preocupa muito o país”.





34.ª edição da Ovibeja

“Este Governo vive para o curto prazo”

Pedro Passos Coelho acusou na sexta-feira, 28 de abril, o Governo de estar a degradar a herança que recebeu e não estar a acrescentar nada que nos possa alargar o horizonte de esperança para futuro. “Não se está a fazer nada para futuro, porque na maioria só há um entendimento: impedir que o PSD não seja Governo.”

Tal como o líder social-democrata afirma, “quando ambicionamos algo, o futuro só pode acontecer com muita força de vontade, e temos de estar disponíveis para fazer esse esforço. Este Governo satisfaz-se em distribuir o que há, vive para o presente e para o curto prazo, porque não tem força dentro da maioria para se entenderem em torno de um projeto de futuro. É esse o erro mais dramático que teremos de pagar”.

O presidente do PSD reafirmou a importância de vivermos numa democracia plena, com instituições fortes. No entanto, a cada dia que passa, “vivemos numa democracia mais limitada e menos ambiciosa. Precisamos de uma democracia que tenha escrutínio. Ouvimos todas as pessoas que acham que continuam a ser donas do espírito do 25 de Abril a falar do passado mas esquecem-se que a nossa democracia definha a cada dia que passa por termos uma prática política que a está a empobrecer”.

O PSD continua “a defender um País mais adulto e



desenvolvido e não o regresso à política dos privilégios que tivemos no passado” e a insistir na necessidade de ter uma democracia assente numa sociedade civil forte, e isso só acontece com instituições independentes e fortes, mas a maioria “não sabe conviver com quem não seja obediente, que não seja concordante com o poder vigente. Uma democracia precisa de pesos e contrapesos, de uma avaliação de práticas que sejam transparentes, do respeito pelas instituições, quando isso não acontece, a democracia passa a ser limitada.”

“Os portugueses sabem que podem contar com o PSD para respeitar as instituições, e ajudar a fortalecê-las, e denunciar sempre que a praxis política coloca em causa a sociedade civil e as instituições”, afirmou o líder da oposição. Já aconteceu com os reguladores, com o Conselho de Finanças Públicas, e no passado com a UTAO, “todos os que não fazem coro a elogiar a maioria e o Governo são atacados, desqualificados, seja no discurso político seja com a ameaça de alteração da lei.”

O PSD não deixará passar em claro esta forma de lidar com as instituições e não contribui para o unanimismo. Não está de acordo de acordo com esta forma de fazer política, porque “esta não é a forma como entendemos a democracia, não é a nossa maneira de ver a diferença, nós não submetemos as instituições à nossa vontade. Sabemos o resultado que, durante muitos anos, a ausência da avaliação deu. Demasiada dívida. Tivemos governos com práticas de desorçamentação para esconder dívidas. Estão a voltar isto na Saúde. É preciso denunciar estas situações”. E o que acontece quando se denuncia? “O PS e o Governo irritam-se, ficam incomodados. Na verdade não é só o PCP e o BE que lidam mal com a crítica, o PS também. Este narcisismo socialista está a tornar-se ridículo em Portugal”, acusou Pedro Passos Coelho.

Gestão da dívida: propõem deitar a mão ao dinheiro do BdP para suportar o orçamento do Governo

“É importante que o que propõem não seja feito. O mais grave do que propõem é deitar a mão às reservas que estão no Banco de Portugal para suportar o orçamento do governo. Não contamos para a maioria que está no Parlamento, e eles podem afrontar a independência do BdP para irem às reservas, mas nunca nos calaremos com isto e denunciaremos sempre. Estão a pôr o país a correr os riscos do passado”, acusou o líder da oposição.

“Não sabemos o que o BE e o PCP querem com esta conversa à volta de dívida. Depois de terem andando anos a seringar todos que tinha de se reestruturar a dívida, apresentaram soluções para a gerir”, afirmou o líder do PSD. Pedro Passos Coelho referiu-se ainda ao facto de os partidos destes dois partidos fazerem sugestões no plano europeu, dizem que “gostariam de mais 45 anos para pagar empréstimos, a 1% de taxa de juro. Percebe-se porque é que o Governo não quis assinar o relatório, para não passar o enxovalho de receber uma resposta negativa em Bruxelas”.

Com apenas uma exceção, as propostas apresentadas “são perigosas e erradas. Não têm nada a ver com o que nós fizemos, são o oposto. Mas estão próximas do que Sócrates fez quando esteve no governo”. Quando o PSD esteve no Governo, emitiu dívida a prazos mais longos e com taxas mais baixas. Atualmente, estão a conseguir o contrário, mas como as taxas são mais altas, qualquer dia “não conseguem emitir sem ser a um ano ou dois. E isto só acontece em Portugal, porque os investidores não acreditam no que está a ser feito na gestão da dívida”.

O PSD tem sempre confiança e esperança no futuro, sobretudo por olhar para ele com responsabilidade. “Não há nenhuma razão para que Portugal não possa ser uma sociedade mais desenvolvida e um dos países mais competitivos na Europa. Mas tem de haver um projeto mobilizador, com as reformas que são necessárias. Isso não acontecerá com este Governo”, disse.





“As reversões feitas vão atrasar os sonhos dos nossos jovens para futuro”

Portugal podia estar melhor. Quando olhamos para outros países dentro da União Europeia, como a Espanha, a Irlanda e o Chipre, países que passaram por dificuldades e que aplicaram programas com severidade, vemos uma economia que cresce mais, atrai mais investimento e oferece uma perspetiva de futuro mais mobilizadora. “Porque é que não conseguimos fazer isso? Depois de tudo o que passamos? Porque é que ao longo do último ano as coisas afrouxaram?”, questionou o líder social-democrata.

Portugal teve um mau desempenho de 2016, o que se deveu, em parte, ao facto de muitas pessoas terem tido receio e desconfiança da solução adotada, porque se habituaram a ver nos partidos que sustentam o Governo pessoas que não gostam dos investidores, da UE, da moeda única. Esses partidos condicionaram de forma decisiva o Governo, como aconteceu nas reversões.

“Tem havido reversão que chegue na educação. Conseguimos que os nossos resultados fossem os melhores de sempre. Eles fazem de conta que não foi importante. Mas foi a nossa exigência, a avaliação, os exames, o foco no português e matemática, com metas e consolidação, que resultou que as avaliações internacionais mostrassem resultados nunca antes vistos. A extrema-esquerda não gosta da disciplina, da avaliação, e da capacidade de gestão nas escolas. Querem regressar ao tempo da irresponsabilidade, em que ninguém faz cumprir um plano curricular. A extrema-esquerda gosta da balbúrdia nas escolas, nós gostamos de disciplina. As reversões feitas vão atrasar os sonhos dos nossos jovens para futuro”, acusou Pedro Passos Coelho.



Arganil: os autarcas do PSD colocam sempre os interesses das terras à frente dos interesses pessoais

O presidente do PSD deixou ainda, em Arganil, uma palavra de apreço a todos os autarcas social-democratas. Durante a apresentação de candidatura de Luís Paulo Costa à câmara, Pedro Passos Coelho afirmou que tem “o maior respeito pelas pessoas que dedicam o melhor das suas vidas às suas terras”.

Tal como disse, “os autarcas são pessoas que se colocam totalmente ao serviço das suas comunidades. E

por isso muitas vezes o sacrifício pessoal e profissional é muito maior. Os autarcas do PSD são pessoas que deram muito do que é a sua competência e empenho total para que as suas terras possam ser diferentes. É uma obrigação de quem escolhe os candidatos ter a certeza que colocamos o interesse das populações à frente dos interesses partidários. Temos sempre de fazer uma composição equilibrada dos que querem servir a terra e os que têm melhores condições para isso”.

O líder social-democrata deixou ainda uma palavra de apreço a todos os autarcas de grande nível, que deixam do lado do PSD uma boa imagem, e de força para os que se apresentam às próximas eleições, que colocarão os interesses das terras à frente dos interesses pessoais.



Comemorações do Dia do Trabalhador – 1.º de maio

PSD desafia o Governo a esclarecer se vai reverter a reforma laboral

O presidente do PSD acusou o Governo de estar a criar a ilusão de que a queda do desemprego está só a acontecer desde que tomaram posse. Tal como o presidente do PSD sublinhou, esta queda estava a acontecer a bom ritmo desde 2014, quando se começou a registar, por um lado, um aumento do crescimento da economia e da criação de emprego e, por outro, uma queda do desemprego.

“Hoje, o desemprego está na casa de um dígito, o que é importante. Mas a capacidade de gerar emprego não segue na proporção da queda do desemprego. Só há emprego quando há investimento, quando as empresas têm uma perspetiva de desenvolvimento”, afirmou Pedro Passos Coelho, num jantar evocativo do Dia do Trabalhador, uma iniciativa dos Trabalhadores Social-Democratas, em Viana do Castelo, dia 30 de abril.

Tal como o líder social-democrata explicou, quando “olhamos para os dados do INE, vemos que de 2014 a 2016 a população empregada aumentou em cerca de 176 mil. A população empregada apenas em 2016 representou 32% deste valor, o que significa que quase 70% do emprego criado nos últimos dois anos foi gerado até 2015”.

Por outro lado, na “população desempregada, decimos 282 mil pessoas. Quando olhamos apenas para 2016, houve um contributo de 26% da baixa de desemprego, ou seja, o desemprego caiu quase 75% entre 2014 e 2015. Vejam o ridículo que é alguém hoje querer fazer a afirmação de que agora é que o desemprego está a cair e o emprego a crescer.”





Reformas laborais possibilitaram emprego com futuro

“Querem criar a ilusão de que os bons resultados acontecem desde que eles chegaram ao Governo. Chega a ser ridículo ver pessoas com tanta responsabilidade a fazer um teatro tão grande, o que só mostra falta de conhecimento da realidade e falta de respeito para com os que lutaram por chegar onde estamos hoje”, denunciou Pedro Passos Coelho. Se o desemprego está a descer, é porque nos últimos anos, com o esforço de todos, acabou a recessão e “pusemos a economia a crescer. E conseguimos isto com um entendimento importante em sede de concertação social para fazer reformas na área laboral”.

Relativamente ao emprego que foi criado nos últimos três anos, 70% corresponde a emprego criado com contratos sem termo, ou seja, a precaridade representa cerca de 30% do emprego criado. “Isto não é a prova de que a reforma laboral que fizemos produziu bons resultados? Não era isso que os parceiros sociais e o Governo pretendiam?”, questionou.

“Ainda hoje há quem não se conforme com isto, e quem ache que estes resultados são maus, e quem ache que o Governo ainda não está a fazer uma política suficientemente de esquerda sem reverter mais esta reforma. Foi preciso chegarmos à véspera do 1.º de maio para haver uma ameaça de greve geral se o Governo não virar suficientemente à esquerda”, referiu o líder social-democrata.

O presidente do PSD desafiou o Governo a assumir se tem ou não um compromisso com as associações laborais para não reverter as reformas laborais. “Não tenho dúvida de que no dia em que esta reforma laboral foi revertida, quem pagará os efeitos dessa reversão serão os trabalhadores, em particular os mais jovens. Se o Governo reverter esta reforma, não é a reforma do governo que eu chefie que reverte. São as expectativas dos trabalhadores e dos mais jovens que sofrerão a reversão”, denunciou Pedro Passos Coelho.

Governo tem uma postura mistificadora e manipuladora

Quando Pedro Passos Coelho foi primeiro-ministro, disse que Portugal tinha um problema muito sério: o problema do congelamento das carreiras na Administração Pública. Descongelar as carreiras custa muito dinheiro,





“mas depois de ouvir o Governo, fico com a sensação de que querem dar a ideia oposta, que só custa para futuro. Se os anos congelados não contam para nada agora, porque não descongelam já? Se dizem que o tempo que passou não conta, porque não descongelam já?”, questionou.

Há uma forma “mistificadora e manipuladora de quem está hoje no Governo, que é contrariada por quem pode avaliar as políticas do Executivo. O Governo e a maioria não gostam de ser desmascarados. A democracia é uma dimensão cultural que não se exprime apenas na letra da lei, é preciso que habite nas células cinzentas de quem governa. Cada um deve responder por si e pela sua organização. Nós falamos pelo PSD e continuamos fiéis à nossa tradição”, assegurou.

Tal como o líder social-democrata defende, “corrigir as desigualdades não é distribuir dinheiro, mas sim criar riqueza. O que nos choca é muitos não terem o suficiente, o mínimo para poderem viver com dignidade, e por isso é preciso atacar as causas das desigualdades. Queremos que todos tenham pelo menos o que é suficiente, e isto só é possível numa economia social de mercado”.

Mercado laboral: é preciso pensar no futuro

“É o trabalho que dignifica as pessoas, e ele é essencial para o equilíbrio da sociedade. É muito importante que as organizações sindicais procurem adivinhar tendências e antecipem problemas, para representarem o futuro e não o passado. Os sindicatos deverão estar sensíveis a isto, porque a verdade é que o nível de sindicalização tem vindo a cair, e isso não pode deixar de dar que pensar. É preciso fazer um esforço não apenas para representar os que já estão, mas a pensar no alargamento para futuro, pensando também nos que ainda não entraram no mercado de trabalho”, desafiou Pedro Passos Coelho.

Pensar o mundo do trabalho e o financiamento da Segurança Social não prescinde de uma atividade reflexiva e ação concreta por parte dos sindicatos, o Governo

e da Assembleia da República.

Hoje em dia, é preciso pensar o mercado de trabalho com a introdução progressiva da Inteligência Artificial e da robotização do trabalho por máquinas e computadores, pois podemos ver um conjunto de profissões que podem ser substituídas mas ainda não temos uma noção clara sobre os novos tipos de emprego.

“Novos empregos serão gerados, e é verdade que do ponto de vista do desenvolvimento económico e social

o mundo progrediu extraordinariamente com todas as inovações e sempre foi possível encontrar novas oportunidades de emprego. As mutações de hoje ainda não nos dão uma imagem clara do que pode vir a ser criação de trabalho”, afirmou.

Já se observaram várias mutações, por exemplo, na banca, mas é preciso “pensar sobre estes problemas estaremos habilitados para resolver o choque a médio e longo prazo”.



Pedro Passos Coelho em Murça

No Governo anterior as instituições não eram ameaçadas e manipuladas



“É esta a democracia praticada por quem está hoje no Governo, uma democracia limitada e mais pobre e nós não queremos isso”, afirmou Pedro Passos Coelho em Murça, dia 30 de abril.

Na apresentação da candidatura de Mário Artur Lopes à câmara municipal de Murça, Pedro Passos Coelho afirmou que quando estava no Governo, podia discordar do que as instituições diziam, mas não as ameaçava e manipulava ou lhes metia uma rolha na boca. O contrário das práticas feitas por este Governo.

“Ficamos obviamente preocupados quando vemos que quando essas instituições não dizem o que é do agrado do Governo, quando não tecem elogios, quando não se convertem à maravilha dos resultados que são enunciados, quando chamam à atenção independentemente dos governos que estão para os problemas que existem, há uma grande diferença entre nós, quando nós estávamos no Governo podíamos não concordar com o que as instituições diziam, mas não ameaçávamos, não manipulávamos ou lhes metíamos uma rolha na boca”, disse.

Uma coisa é clara: o Governo de António Costa não





tolera e aceita críticas. Perante a existência destas, o que o Executivo faz é recusar os novos nomes que são propostos para essas entidades e recusar tantas vezes até que essas proponham quem o Governo quer.

“É esta a democracia praticada por quem está hoje

no Governo, uma democracia limitada e mais pobre e nós não queremos isso”, salientou o presidente do PSD.

Considerando que o país é hoje governado por quem diz uma coisa e faz outra, Pedro Passos Coelho referiu a necessidade de continuar a existirem instituições in-

dependentes fortes que possam defender os cidadãos das arbitrariedades, das manipulações e das inverdades de quem lidera.





José Matos Correia em conferência de imprensa

“Quem não tem medo, aceita ser fiscalizado”

“Para o Partido Social Democrata, o valor da democracia nunca é uma questão menor”. Foi assim que José Matos Correia respondeu às insinuações de António Costa quando, em debate quinzenal, acusou o PSD de se estar a preocupar com “questões menores”.

O primeiro-ministro referia-se às interpelações de Pedro Passos Coelho para que justificasse os motivos pelos quais recusou os nomes propostos pelo Banco de Portugal (BP) e pelo Tribunal de Contas (TC) para o Conselho de Finanças Públicas (CFP). “Quem não tem medo, aceita ser fiscalizado”, reforçou José Matos Correia.

O PSD acusa o PS de se dar “mal com as regras básicas da democracia” e de querer “manipular a seu favor algumas instituições fundamentais”. José Matos Correia referiu-se ao “comportamento do senhor primeiro-ministro que, por três vezes, se recusou responder ao presidente do PSD sobre as razões pelas quais o Governo não nomeou para o CFP os nomes propostos”.

O social-democrata lembrou que a sua criação foi “uma exigência do PSD, em 2010, no âmbito do acordo estabelecido com o governo para a viabilização do Orçamento de Estado para 2011”. Trata-se, segundo salientou, de “um instrumento fundamental de fiscalização em matéria de contas e de finanças públicas”, tendo sido sempre “muito claro para o PSD a sua independência”.

José Matos Correia defendeu que “uma democracia madura deve valorizar o papel das instituições independentes e de fiscalização, só assim é que uma democracia se reforça”, pelo que “não faz sentido que os fiscalizados escolham quem fiscaliza”.

“Ontem vimos não apenas uma recusa por parte do primeiro-ministro, mas ficámos também a saber que rasga os compromissos que assumiu há uns anos”, denunciou o deputado, acrescentando que “a palavra do Partido Socialista vale muito pouco nos dias que vão correndo”.

Importa, pois, “censurar o comportamento do PS que demonstra falta de transparência, arrogância inaceitável no plano político e incapacidade de cumprimento de regras básicas do funcionamento político”.

José Matos Correia foi perentório: “porque é que o primeiro-ministro acha que não tem de responder ao Parlamento? Porque é que acha que não tem de dar conta aos eleitos pelos portugueses? Porque é que não aceita ser fiscalizado por quem é verdadeiramente independente? Porque é que quer controlar as nomeações daquele cujo papel é garantir que a nossa democracia

funciona?”. Acrescentou ainda: “porque é que o PS, o Governo e o primeiro-ministro têm uma total incapacidade de perceber as regras democráticas, de perceber que o jogo democrático só se faz no respeito pela diferença e não na tentativa de amordaçar todos aqueles que nos são contrários ou incómodos?”.

Em resposta aos jornalistas e questionado sobre a reação do Presidente da República ao assunto do Conselho de Finanças Públicas, José Matos Correia afirmou que a leitura do PSD é diferente, pelo que não se revê nas suas palavras. “Achamos que podia ter utilizado este momento para ter uma intervenção mais pedagógica e favorável”.

Para José Matos Correia, a questão levantada pelo PSD não é demagogia, mas uma denúncia. É que o Governo está a “vetar a nomeação de pessoas que lhe eram pouco simpáticas”. Trata-se, portanto, de defender as “regras fundamentais da democracia”, pois “democracia também é o cumprimento de regras e compromissos”.

Presidentes de comissões “não servem para serem treinadores de bancada”

Na conferência de imprensa de 27 de abril, José Matos Correia referiu-se a “outro episódio revelador da forma como o PS se comporta”. Em causa está o momento em que o vice-presidente da COFMA, Paulo Trigo Pereira, que assumiu momentaneamente a condução dos trabalhos da comissão, deu indicações ao ministro das Finanças sobre como se comportar face a interpelações de um deputado social-democrata. “Não respondas ao Leitão Amaro. Ignora Leitão Amaro”, dizia.

Para José Matos Correia, “o respeito pelo Parlamento passa também pelo respeito das regras e pelo comportamento institucional de quem nele tem assento”. Disse, ainda, que “os presidentes de comissões servem para dirigir os trabalhos e garantir que decorrem com normalidade, não servem para dar palpites, nem para serem treinadores de bancada”.

Em causa está o momento em que Mário Centeno respondia ao deputado do CDS-PP, e o social-democrata, António Leitão Amaro, reagiu às afirmações por si proferidas.

Como António Costa desrespeita o espírito da lei

Conhecido pelas suas não-respostas, para António Costa deve ser limitada a independência das instituições. O Governo recusou as indicações do Tribunal de Contas e do Banco de Portugal para o Conselho de Finanças Públicas. No Parlamento, Pedro Passos Coelho pediu justificações. O primeiro-ministro negou-as ao Parlamento e aos portugueses.

António Costa mostra, mais uma vez, não saber lidar adequadamente com a independência das instituições. Depois de ter sido interpelado por Pedro Passos Coelho sobre os motivos pelos quais recusou os nomes propostos pelo Banco de Portugal (BP) e Tribunal de Contas (TC) para o Conselho de Finanças Públicas (CFP), o primeiro-ministro recusou responder ao Parlamento, “a quem não entende dever satisfações por decidir como decide”, acusou o líder dos social-democratas.

Para o PSD, a não-aceitação dos nomes indicados pelas entidades competentes constitui uma violação do espírito da lei, na medida em que é da competência do BP e do TC apresentar uma proposta conjunta, apenas cabendo ao Conselho de Ministros a ratificação dos nomes. O Governo está, assim, a limitar a independência daquela que, segundo denunciou Pedro Passos Coelho, “tem sido uma das instituições a desmascarar a aritmética impossível da sua execução orçamental”.

O presidente dos social-democratas lembrou que, quando liderou o executivo anterior, aceitou os nomes indicados pelo BP e pelo TC, garantindo assim a independência de um Conselho que se pretendia, e pretende, como tal: independente. António Costa, ao recusar a proposta conjunta de BP e TC, falha a um compromisso estabelecido, em 2010, entre um governo socialista e o próprio Partido Social Democrata. Pedro Passos Coelho foi claro ao afirmar que o Governo está a fazer “uma interpretação incorreta da lei” e, “sobretudo, falta ao acordo com o PSD, quando negociou a viabilização do orçamento para 2011”.

Para o PSD, esta recusa coloca em causa a independência da instituição o que, a avaliar por situações como a da UTAO, “não é uma coisa que o Partido Socialista preze muito”. Na verdade, a independência do Conselho é um princípio defendido nos próprios estatutos. O artigo 5.º consagra, efetivamente, que “o conselho e os membros

dos respetivos órgãos atuam de forma independente no desempenho das funções que lhes estão cometidas por lei e pelos presentes estatutos, não podendo solicitar nem receber instruções da Assembleia da República, do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas”.

Como surgiu o Conselho de Finanças Públicas

Em 10 de março deste ano, Pedro Passos Coelho recordava que o CFP fora criado por exigência sua ao então primeiro-ministro socialista, José Sócrates, e concretizado aquando do seu mandato. “Quando se discutia o pacote de austeridade que o governo de José Sócrates precisava de aprovar no Parlamento, e não tinha votos para isso, o PSD exigiu em troca algumas coisas: que o Estado gastasse menos, para não ter de cobrar tantos impostos; que as contas públicas fossem mais transparentes, exigindo portanto a criação de uma entidade que pudesse fiscalizá-las; e que se fizesse bem as contas às PPP,” dizia à data. Enquanto primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho garantiu que a nomeação dos responsáveis deste órgão fosse deixada nas mãos do governador do Banco de Portugal e do presidente do Tribunal de Contas, de modo a assegurar a independência desse processo. Lembrou, ainda, que foi escolhida, pela sua competência técnica, uma pessoa que não tinha reconhecidamente simpatia pelo PSD.

Em outubro de 2010, delegações do governo do PS e do PSD assinavam, então, um protocolo de entendimento cujo propósito era a criação de uma plataforma para a viabilização da Proposta de Orçamento para 2011 e, consequentemente, o reforço da sustentabilidade das finanças públicas. À data, as delegações concordaram com a criação imediata de um grupo de trabalho que procedesse à avaliação dos objetivos dos cenários macro-económicos e orçamental, analisando também a evolução e sustentabilidade das finanças públicas, assim como o cumprimento das regras orçamentais plurianuais. Com origem em janeiro de 2011, do grupo de trabalho resultaram os estatutos de uma entidade independente que,



do ponto de vista macroeconómico, passou a analisar as finanças públicas do País. Os Estatutos do Conselho de Finanças Públicas foram aprovados pela Lei n.º 54/2011, de 19 de outubro.

Missão, atribuições e trabalhos a desenvolver

O Conselho de Finanças Públicas tem, assim, como missão: “proceder a uma avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo ao mesmo tempo a sua transparência, de modo a contribuir para a qualidade da

democracia e das decisões de política económica e para o reforço da credibilidade financeira do Estado”. Das suas atribuições destaca para: “avaliar os cenários macro-económicos adotados pelo Governo e a consistência das projeções orçamentais com esses cenários”, “avaliar o cumprimento das regras orçamentais estabelecidas” ou “analisar a dinâmica da dívida pública e a evolução da sua sustentabilidade”, entre outras. Deve o CFP produzir, “obrigatória e previamente à sua apreciação na Assembleia da República, relatórios sobre: a) O Programa de Estabilidade e Crescimento e demais procedimentos no quadro regulamentar europeu do Pacto de Estabilidade e Crescimento; b) O Quadro Plurianual de Programação Orçamental; c) A proposta de Orçamento do Estado”.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

Autárquicas 2017

PSD homologa três coligações e novo conjunto de candidaturas

Reunida dia 27 de abril na sede nacional do PSD, a Comissão Política Nacional homologou três acordos de coligação para as eleições autárquicas de 1 de outubro: Portimão, Alcochete e Constância. As três candidaturas têm cabeças-de-lista apontados pelo parceiro de coligação, o CDS-PP.

A Comissão Política Nacional do PSD homologou um novo conjunto de candidaturas. Foram ainda ratificadas candidaturas relativas à Região Autónoma da Madeira.

O PSD lançou a primeira de um conjunto de reuniões de preparação autárquica, que vão percorrer todos os distritos e as regiões autónomas.

CPD de AVEIRO

Concelho: Mealhada

Candidato à CM: Hugo André Afonso Alves e Silva

Concelho: Murtosa

Candidato à CM: Joaquim Manuel dos Santos Batista

CPD de BEJA

Concelho: Almodôvar

Candidato à CM: António José Messias do Rosário Sebastião

Concelho: Mértola

Candidato à CM: David Encarnação

Concelho: Vidigueira

Candidato à CM: Guido João Dinis Pires

CPD de BRAGA

Concelho: Braga

Candidato à CM: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

Concelho: Fafe

Candidato à CM: Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho

CPD de COIMBRA

Concelho: Soure

Candidato à CM: Agostinho Jordão Gonçalves

CPD de ÉVORA

Concelho: Alandroal

Candidato à CM: José Joaquim Cebola Gomes

Concelho: Arraiolos

Candidato à CM: Luis Filipe Alexandre Rodrigues

Concelho: Estremoz

Candidato à CM: João Gentil Branco de Brito Tavares

Concelho: Montemor-o-Novo

Candidato à CM: Patrícia Inês Mira Seatra

Concelho: Mora

Candidato à CM: Duarte Hermenegildo Vaz

Concelho: Portel

Candidato à CM: Luis Filipe Tirapicos Nunes

Concelho: Vendas Novas

Candidato à CM: Joaquim Manuel Marques Barreto Soeiro

Concelho: Vila Viçosa

Candidato à CM: Josué António Almeida Bacalhau

CPD de FARO

Concelho: Aljezur

Candidato à CM: Hélder Manuel da Ponte Cabrita

Concelho: Lagos

Candidato à CM: Nuno Filipe Carreiro Serafim

Concelho: Loulé

Candidato à CM: José Manuel Valente Graça

Concelho: Silves

Candidato à CM: Rogério Santos Pinto

CPD de GUARDA

Concelho: Fornos de Algodres

Candidato à CM: Maria Joaquina Santos Fernandes Do-



mingues

Concelho: Seia

Candidato à CM: Fábíola Maria de Almeida Figueiredo

Concelho: Vila Nova de Foz Côa

Candidato à CM: Gustavo Sousa Duarte

CPD de LISBOA AM

Concelho: Loures

Candidato à CM: André Ventura

Concelho: Oeiras

Candidato à CM: Ângelo Pereira

CPD de PORTALEGRE

Concelho: Alter do Chão

Candidato à CM: Luis Filipe Cardoso Belo Cané

Concelho: Avis

Candidato à CM: Maria Marques Leal da Cruz Martins Caiado

Concelho: Crato

Candidato à CM: Ângelo Miguel Pires Fernandes

Concelho: Monforte

Candidato à CM: Cristóvão da Conceição Ventura Crespo

CPD de SETÚBAL

Concelho: Barreiro

Candidato à CM: Bruno Jorge Viegas Vitorino

Concelho: Moita

Candidato à CM: Luis Fernando Vaz do Nascimento

Concelho: Santiago do Cacém

Candidato à CM: Luis Filipe dos Santos

Concelho: Setúbal

Candidato à CM: Nuno Miguel Oliveira de Carvalho

CPD de VIANA DO CASTELO

Concelho: Melgaço

Candidato à CM: Vítor Sílvio Cardadeiro

Concelho: Paredes de Coura

Candidato à CM: Venâncio Fernandes

Concelho: Viana do Castelo

Candidato à CM: Manuel Hermenegildo Ribeiro da Costa

CPD de VISEU

Concelho: Armamar

Candidato à CM: João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca

Concelho: Carregal do Sal

Candidato à CM: António Óscar de Almeida Paiva

Concelho: Lamego

Candidato à CM: Ernesto da Silva Rodrigues

Concelho: Penalva do Castelo

Candidato à CM: Gabriel de Albuquerque Costa

Concelho: São João da Pesqueira

Candidato à CM: Eduardo Jorge Pereira Rocha

Concelho: Tondela

Candidato à CM: José António Gomes Jesus

CPR de MADEIRA

Calheta: Carlos Manuel Figueira de Ornelas Teles

Câmara de Lobos: Pedro Emanuel Abreu Coelho

Funchal: Rubina Maria Branco Leal Vargas

Machico: Emanuel Ricardo Franco de Sousa

Ponta do Sol: Manuel Virgílio Pereira Ganança

Porto Moniz: Rui Nelson da Silva Rodrigues

Porto Santo: José Idalino Vasconcelos

Ribeira Brava: Nivalda Nunes da Silva Gonçalves

Santa Cruz: Roquelino Lourenço de Ornelas

Santana: João Gabriel Jardim Caldeira

José Matos Rosa em Portalegre

O secretário-geral do PSD participou na sessão de encerramento do congresso da Distrital da JSD de Portalegre, sábado, 29 de abril de 2017.



Isaura Morais recandidata-se à autarquia de Rio Maior

Seriedade e competência

Um exemplo de seriedade e competência. Isaura Morais escolheu os dois adjetivos pelo trabalho que desempenhou na Junta de Freguesia de Rio Maior. Depois, assumiu o desafio de liderar a Câmara Municipal de Rio Maior, com o espírito de proximidade que tem marcado, desde sempre, o seu percurso político. Agora, Isaura Morais recandidata-se para mais um mandato, com a certeza de que irá renovar a maioria que os rio-maiorenses lhe confiaram. Recandidata-se para “concretizar um conjunto de questões que ainda nos falta concretizar, sempre com a preocupação da qualidade de vida dos meus munícipes, quer de quem cá vive, quer de quem nos visita ou pretenda fixar-se neste território”.

Que retrato faz hoje da sua cidade?

Faço um retrato enquadrado numa região, um concelho na charneira entre o Oeste e o Ribatejo, muito bem localizado geograficamente, com grandes acessibilidades, com qualidade de vida para os nossos munícipes e com uma oferta quer em termos de educação, quer em termos culturais, quer em termos do desporto, onde dá gosto viver, trabalhar e investir.

Hoje, no concelho e na cidade de Rio Maior, o desporto profissional coabita com o desporto informal e com o desporto da formação. Tem sido uma aposta com duas décadas. O investimento tem sido feito naquilo que os nossos utentes do desporto profissional reconhecem como instalações de excelência, de desporto e formação do mesmo, desde a infância até à velhice. A nossa comunidade adere em massa à prática do desporto, quer numa vertente de saúde, quer em termos da prática – e com a qualidade de atletas – em várias modalidades que se têm afirmado no nosso concelho.

Quais as prioridades para os próximos quatro anos?

As nossas prioridades continuam a ser a questão das contas públicas, fazer a boa gestão e a melhor gestão como temos vindo a fazer.

A questão dos nossos recursos humanos, a valorização e a formação dos mesmos, na prestação dos serviços à nossa comunidade.

Fazer um melhor aproveitamento dos fundos comunitários para qualificar e fazer a regeneração da cidade, que, ao longo dos anos foi ficando desertificada, quer em termos habitacionais quer em termos comerciais.

Continuar a investir na qualificação das nossas instalações desportivas, para assim podermos continuar a receber utentes que reconhecem a qualidade das nossas instalações, assim como o enquadramento técnico dado aos atletas.

Em termos do parque escolar, continuar a requalificar o mesmo, para que possamos ter a educação que pretendemos: a educação de excelência, desde a infância até ao Ensino Superior, passando também pelo ensino profissional.

Continuar a apostar numa oferta cultural, para podermos assim formar também as nossas crianças, jovens e adultos. E para criar hábitos de procura da cultura no nosso concelho.

Em termos habitacionais, procurar dar as melhores condições para que não seja só a cidade a crescer, mas também o meio mais rural, que somos.

E numa lógica de fixação de empresas, que geram emprego e qualidade de vida, continuar a dar apoio que já damos, na área do empreendedorismo, quer aos empresários e às empresas que temos no nosso concelho, quer àquelas que manifestam intenção em fixar-se no nosso concelho, para podermos valorizar e desenvolver também, aproveitando as mais-valias que



temos, nomeadamente o nosso parque de negócios e a localização geográfica.

Qual vai ser o compromisso com os cidadãos?

A relação de proximidade e de confiança que estabeleci com eles e a disponibilidade. Concretizar um conjunto de questões que ainda nos falta concretizar, sempre com a preocupação da qualidade de vida dos meus munícipes, quer de quem cá vive, quer de quem nos visita ou pretenda fixar-se neste território.

Como vai prosseguir a coesão em Rio Maior?

Procuramos sempre dar respostas a todas as áreas que estão no âmbito da nossa responsabilidade. Tenho a obrigação ou de resolver ou de procurar junto da tutela ou de outras instâncias que possam resolver.

Se, noutros tempos, o autarca não tinha essa preocupação, hoje temos, que é a área social. Nomeadamente o desemprego, embora, neste concelho, o desemprego tenha uma taxa muito abaixo da taxa de desemprego nacional. Estamos com uma taxa de desemprego de 5% neste concelho. Seja no desemprego de longa duração ou seja no desemprego jovem, procuramos sempre encaminhar e dar respostas a estes problemas.

A coesão passa por, cá dentro, podermos encontrar soluções para toda a nossa comunidade. Este é o meu

compromisso, é também a minha disponibilidade. É o sentimento de serviço público que tenho.

Qual a marca da sua candidatura?

Quem me procura sabe que só se eu não tiver mesmo solução (e, se não tiver, encaminhado)... Mas, no momento, leva uma resposta da minha parte e o compromisso de ter uma resposta assim que eu possa tê-la para a dar. Isto acontece com os cidadãos, com todos aqueles que considero que são as forças vivas do nosso concelho, nomeadamente aquilo que eu preservo muito, a quantidade de voluntários que hoje engrossam o nosso movimento associativo. Seja ele desportivo, cultural, social, recreativo... Os rio-maiorenses sabem que esta minha preocupação de, num meio mais rural e onde, às vezes, existem mais deficiências e alguma dificuldade de chegarem aos serviços que se encontram mais na cidade... Se me procurarem, sabem que terão resposta. Sabem que encontram a solução para aquilo que os preocupa.

Eu estava longe de vir a assumir funções públicas, quando fui convidada para ser candidata à Junta de Freguesia de Rio Maior, sede de concelho. Ao longo desse tempo, em que, na freguesia, há outra disponibilidade para podermos trabalhar de proximidade com os nossos cidadãos, houve alguém que me atribuiu duas palavras e tenho feito delas a minha ação, a forma de atuar e de estar na vida pública: seriedade e competência.



Maioria quer alterar leis do trabalho à revelia da concertação social

O PSD acusou os partidos que compõem a maioria de esquerda de ignorarem a concertação social ao proporem, no Parlamento, alterações ao regime do trabalho por “turnos” e “noturno”. Os deputados consideram que BE e PCP estão, com as suas propostas, a “prestar um mau serviço à economia e aos trabalhadores”. E criticam o silêncio do Governo e do PS neste debate.

Pedro Roque, deputado social-democrata, condenou as “tentativas de introdução voluntarista de mecanismos de perda de competitividade empresarial que pode resultar, em última análise, na perda de postos de trabalho”. Para o também dirigente dos Trabalhadores Social Democratas (TSD), “usar estes temas para tentar legislar à revelia da concertação social, onde os interesses das partes se conciliam, procurando alterar desse modo o já disposto no Código do Trabalho e condicionando também o espaço próprio da contratação coletiva, é prestar um mau serviço à economia e aos trabalhadores”.

O PSD mostrou-se disponível para debater as questões relacionadas com o chamado trabalho por turnos e o trabalho noturno, a quem atribui muita importância pelas implicações que podem ter na vida familiar e na saúde dos trabalhadores, mas lembrou que “este debate será também importante na medida em que ambas as realidades laborais existem em função de necessidades económicas e sociais imperiosas que, naturalmente, não podem também perder a sua centralidade nesta discussão”.

Pedro Roque considera que o atual Código do Trabalho protege os interesses e os direitos dos trabalhadores que exercem funções em trabalho por turnos e noturno, sublinhando que esta legislação “resultou de um esforço negocial entre as partes e respeita as questões importantes e que importa acautelar nestas matérias”.

Reforçando que esta discussão deve ser feita, em primeira instância, em sede de concertação social e “só depois, deve o órgão legislativo ser chamado a pronunciar-se”, o deputado social-democrata criticou ainda o “timing” e as motivações do BE para a escolha destes temas. Falando numa “luta fratricida pelo domínio do mesmo espaço político”, Pedro Roque apontou que “o Bloco não quer deixar aos comunistas a primazia no campeonato da pretensa defesa dos trabalhadores”.

“Uns e outros agem como tigres de papel, reféns das alianças que firmaram e que os manietam, e das quais iludem libertar-se com iniciativas deste tipo, que inevitavelmente estão condenadas ao fracasso”, concluiu o deputado.

Impacto financeiro das medidas não é conhecido

A deputada social-democrata Carla Barros pediu ao PS “uma posição clara e objetiva” sobre a matéria do trabalho por turnos e do trabalho noturno, ao mesmo tempo que acusou o Governo de ter faltado ao debate.

Carla Barros questionou diretamente o PS sobre qual o impacto financeiro da proposta do PCP, que passa por dar um acréscimo remuneratório aos trabalhadores da Administração Pública que prestam o seu serviço por turnos ou à noite. “Uma pergunta que se afigura ainda mais importante quando há dias obtivemos um alerta da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTA) que as despesas com pessoal na AP são preocupantes e que o Governo não está a conseguir gerir esta matéria com a devida cautela.”

As mesmas dúvidas colocam-se quanto à possibilidade de os trabalhadores por turnos e em regime noturno poderem reformar-se mais cedo, perguntando a deputada do PSD “onde é que o governo vai buscar a almofada financeira na Segurança Social para conseguirem garantir a viabilidade desta medida”.

“Se o PS conseguir responder a estas questões, vai dar tranquilidade ao PSD, aos trabalhadores, aos portugueses em geral, que aquilo que pretendem dar hoje aos trabalhadores não lhes vai ser tirado amanhã”, frisou a deputada social-democrata.

“Tiques autoritários” desrespeitam os trabalhadores

A deputada Clara Marques Mendes acusou o PCP de “tiques autoritários” ao querer impor uma legislação à margem da concertação social, dos trabalhadores e dos empregadores.

Dirigindo-se ao PCP, a deputada social-democrata acusou aquele partido de “não estar preocupado, nem com a negociação coletiva nem sequer com os trabalhadores”.

Para Clara Marques Mendes, os partidos de esquerda “não dão oportunidade para aqueles que realmente conhecem os problemas, para aqueles que aplicam a legislação possam encontrar pela via do diálogo melhores soluções para esta que é uma matéria muito relevante para os trabalhadores que exercem funções em trabalho por turno e trabalho noturno, que nós reconhecemos que é um trabalho duro e que tem muitas implicações a vários níveis da vida do trabalhador, desde logo no que diz respeito à conciliação entre a vida pessoal e a vida profissional, e à sua própria saúde”.

A deputada apelou ao BE e PCP para que aproveitem o “momento em que o governo que apoiam está em negociações com os parceiros sociais em sede de concertação social para estudar e debater matérias da legislação laboral”.

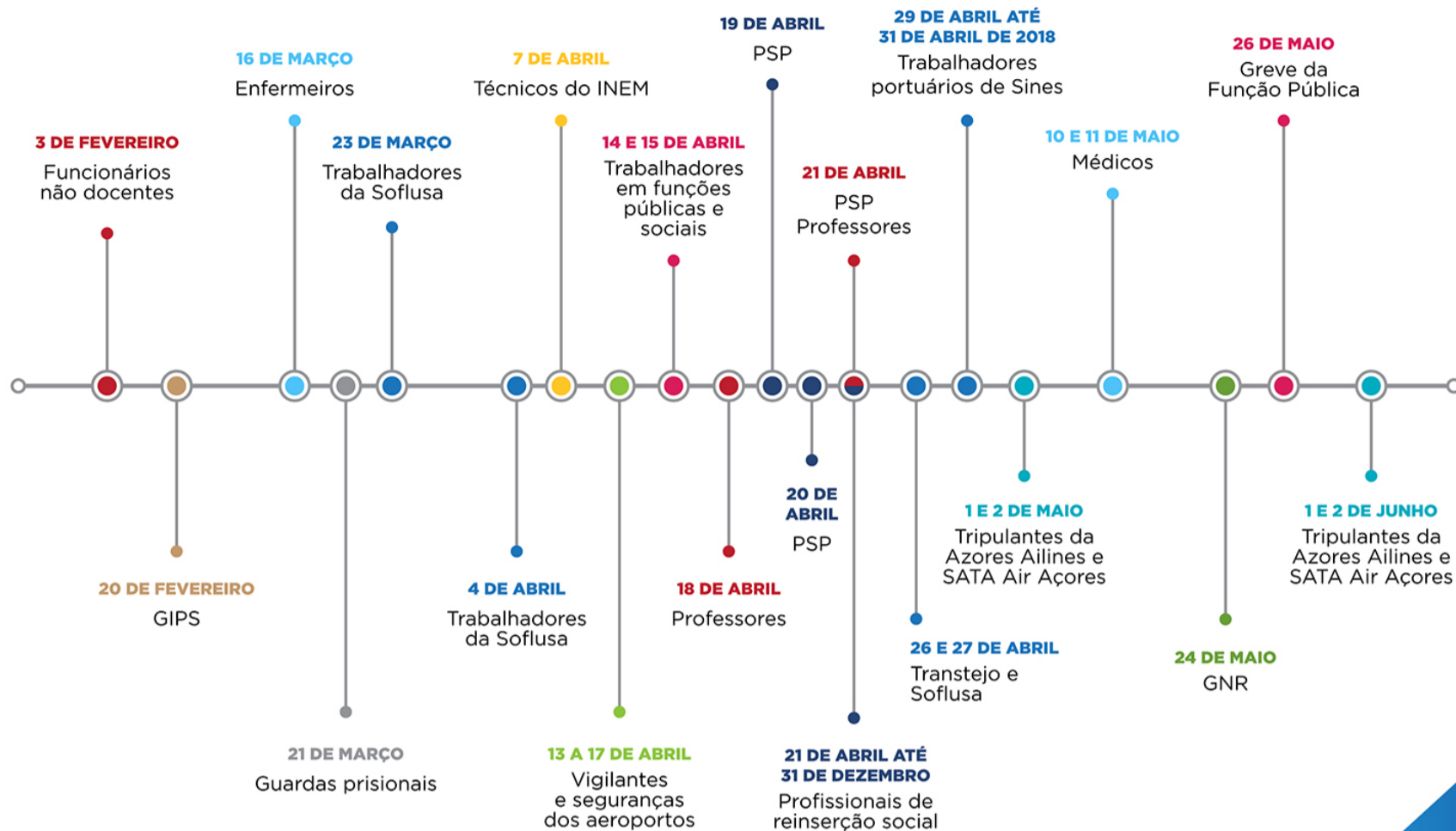
Debate foi uma “feira de vaidades” entre PCP e BE

Para a deputada social-democrata Mercês Borges, o debate sobre o trabalho por turnos e noturno resumiu-se a uma “feira de vaidades, a um desfile entre o Bloco e o PCP”, que competem pelo mesmo espaço político.

“O PCP agendou para o dia 4 de Maio um debate sobre negociação coletiva e o Bloco, porque estamos perto do 1º de Maio, com medo de perder o eleitorado que ambos discutem, mais não fez do que ir repescar do baú” um antigo projeto-lei de 2006. Um projeto-lei que, lembrou a deputada do PSD, à época o governo socialista e o ministro Vieira da Silva consideraram “inoporuno porque estava em sede de concertação social”.

Mercês Borges acusou PCP e BE de estarem a fazer de conta que defendem os trabalhadores com estas propostas. “Mas a vida dos trabalhadores passa muito mais por uma economia competitiva, por empresas sólidas que lhes possam dar as melhores condições – um trabalho digno, com qualidade, que preserve a sua saúde. Os trabalhadores não são património de ninguém”, concluiu.

RETRATO DE UM TEMPO NOVO



Retrato de um “tempo novo” nas greves

A Transtejo e a Soflusa cumpriram, na semana passada, mais uma greve parcial nas ligações de barco entre as duas margens do Tejo. Os trabalhadores reivindicam a renovação da contratação coletiva e denunciam as condições da frota e dos pontões. Tal como nos transportes, da educação à saúde, dos serviços à segurança, os profissionais denunciam o seu descontentamento. O País tem saído à rua para manifestações, vigílias ou greves. Prevê-se que, nos próximos meses, continue a sair e a exigir o mais e melhor que lhe foi prometido.

Nas últimas semanas têm-se escutado os descontentamentos de quem, em novembro de 2015, ouviu o primeiro-ministro falar num “tempo novo”, aquando da sua tomada de posse. As promessas foram e continuam a ser muitas e, cerca de 16 meses de governo depois, a maioria de esquerda refugia-se em esclarecimentos por dar e em alteração de estratégias.

A reposição das 35 horas para todos os funcionários públicos, não existe. O mesmo sucede com o descongelamento de carreiras. O quadro é pior: não há profissionais suficientes para responder às necessidades de educação, segurança e saúde. As forças de segurança não têm as condições necessárias à devida execução da sua missão e os portugueses não têm acesso à qualidade de uma educação, saúde, segurança, transportes e restantes serviços para os quais são chamados a contribuir com os seus impostos e que mereciam após os anos de duras provações impostas pela bancarrota de 2011.

António Costa assumia, em 26 de novembro de 2015, o desejo de construir “passo a passo, projeto a projeto, medida a medida, um tempo novo para Portugal e para os portugueses”. Mas a realidade bate de frente com aquelas declarações: pais e crianças encontram escolas fechadas; profissionais de saúde denunciam a incapacidade de resposta face às novas exigências criadas pela reposição das 35 horas; as polícias trabalham com equipamentos, viaturas e instalações degradadas, comprometendo a própria segurança.

Se há inquietudes reais, também as há de fachada ou as que, na sequência de uma política controladora, acabam por se manter no silêncio, calando as “dores” de um País real. Importa, pois, perceber qual o verdadeiro estado do País e apostar no investimento, no crescimento, no futuro e nas pessoas.

Governo põe em causa serviço do INEM

O Governo pretende que deixem de funcionar, no horário noturno, um total de 13 ambulâncias a nível nacional, afetando os municípios de Amadora, Anadia, Aveiro, Chaves, Covilhã, Espinho, Guimarães, Maia e Ovar.

O PSD repudia esta intenção do Governo, opondo-se-lhe frontal e totalmente, e já entregou um requerimento para que o ministro da Saúde dê explicações sobre o assunto em sede de comissão parlamentar.

Em causa está não só o fecho do horário noturno das ambulâncias, como será reduzido o funcionamento desses meios de emergência nos municípios de Lisboa e do Porto, sendo também alterados os horários de funcionamento das ambulâncias de emergência médica de Sacavém, do Seixal e de Almada para turnos intermédios.

Este fecho de meios de emergência do INEM compromete o socorro às populações, põe em causa o cumprimento da missão do INEM e constitui um claro exemplo do desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) por parte do Governo e da maioria que o suporta.

Depois dos cortes a que temos vindo a assistir na Saúde, onde o Governo reduziu o investimento em 34%; depois das greves de médicos e enfermeiros insatisfeitos com a forma como o ministério implementou as 35 horas não está a responder às falhas de recursos humanos; depois de sabermos que a dívida a fornecedores de medicamentos aumenta a cada dia, vemos agora, mais uma vez, que vale tudo para este Governo para “cumprir as metas”.

Em 2016, a Entidade Reguladora da Saúde recebeu quase 70 mil reclamações por causa da redução da capacidade de resposta e a perda de qualidade dos serviços de saúde, em particular no Serviço Nacional de Saúde.

António Domingues confirma que Mário Centeno mentiu

O Governo sabia que António Domingues só aceitaria o cargo de presidente da Caixa Geral de Depósitos na condição de toda a administração não ficar sujeita ao Estatuto do Gestor Público nem de proceder à entrega de declarações de rendimentos junto do Tribunal Constitucional.

António Domingues contradisse a versão do ministro das Finanças, que negara ter acordado a dispensa da apresentação da declaração de património pessoal do presidente e dos restantes administradores da Caixa.

Quando questionado por Luís Marques Guedes, deputado do PSD, se aceitava a versão apresentada pelo Governo para a sua demissão, fazendo de António Domingues “o vilão e o mau da fita”, o anterior presidente da Caixa apontou as duas “exigências” que colocou para aceitar o convite. “A primeira é que eu não aceito ir para a Caixa se for com o Estatuto do Gestor Público; em segundo lugar, entendo que as obrigações de divulgação da informação patrimonial que estão associadas, as obrigações declarativas, são um problema”.

António Domingues recordou que as condições foram aceites tanto pelo ministro das Finanças, Mário Centeno, como pelo secretário de Estado do Tesouro, Ricardo Mourinho Félix, os dois interlocutores em todo este processo. “Só falei com o senhor ministro das Finanças e o senhor secretário de Estado”, referiu.

“A não divulgação das declarações de patrimónios foi condição para integrarem a equipa?”, insistiu Luís Marques Guedes. “Sim”, respondeu António Domingues.

O ex-presidente da CGD admitiu ter ficado “surpreendido e perplexo” quando, no final de outubro, se colocou a questão de os administradores da Caixa terem de entregar as declarações de património e rendimento no Tribunal Constitucional. “Os novos administradores da Caixa não eram gestores públicos e portanto não estavam obrigados a entrega de declarações de rendimentos e foi com enorme surpresa que vi a questão ser suscitada”, declarou.

“A responsabilidade legislativa é do Estado. Eu disse ao que vinha e esperei que cumprissem com o que acordaram comigo”, disse o ex-presidente da CGD, sobre os compromissos acordados com o Governo.

Para o PSD, fica claro desta primeira audição da



Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Governo no que se relaciona com a nomeação e a demissão da Administração do Dr. António Domingues que o Governo não só sabia, mas também dispensou a Comissão Executiva do banco público da apresentação da declaração de rendimentos.

Banco público pagou mais de 5 milhões de euros a consultores

António Domingues admitiu que houve contactos entre o escritório de advogados que o assessorou e o Ministério das Finanças para encontrar uma solução que atendesse à desobrigação de apresentar as declarações ao Tribunal Constitucional.

Nesse âmbito, Luís Marques Guedes citou documentos oficiais, calculando que a CGD terá pago 810 mil euros

por serviços a advogados e mais 5 milhões de euros a consultores. Valores que não coincidem com os dois pagamentos, um de “trezentos e tal coisa mil euros” e outro de 900 mil euros, mencionados pelo antigo presidente do banco, para quem esta despesa foi, no seu entender, “relativamente modesta”.

Segundo António Domingues, tratou-se do pagamento de honorários por trabalhos desenvolvidos entre meados de abril e setembro (ou seja, antes e depois de iniciar funções como presidente do banco público).

Aos deputados, António Domingues explicou que a leitura que fez sobre o que se passou depois foi que “deixou de haver condições políticas para que o quadro acordado pudesse ser mantido”.

O deputado do PSD Marques Guedes agradeceu a coragem e a frontalidade das respostas dadas pelo ex-presidente da Caixa, porque “quem se mete com a geringonça leva”.

Governo não defendeu os interesses dos portugueses em Almaraz

Foi trazido a público que o Governo português considerou adequada e segura a construção de um armazém para resíduos nucleares na central espanhola de Almaraz. Para o PSD, esta construção sempre foi extremamente preocupante, pois indicia a intenção de prolongar a vida útil da central, o que não é aceitável.

Os social-democratas, que divulgaram a sua posição através de um comunicado à imprensa, defendem que o Governo tem uma última oportunidade para mostrar que está empenhado em defender os interesses dos portugueses, ao “impor a central nuclear de Almaraz, na agenda da próxima Cimeira Luso-Espanhola, exigindo o seu encerramento”.

É tempo de o Governo mostrar ao país “que está do lado dos portugueses e não do lado dos interesses das empresas de energia espanholas”.

A manutenção da central nuclear de Almaraz não diz respeito apenas a Espanha. Pela proximidade e pela partilha das águas do rio Tejo ela respeita também a Portugal e tem grande potencial risco para as populações e para as áreas protegidas dos dois lados da fronteira.

Quatro meses de “manobras políticas”

Desde o início do ano que o PSD tem chamado a atenção para o perigo que a central nuclear de Almaraz constitui para Portugal.

Já em janeiro, o Governo e o ministro do Ambiente escolheram ignorar os alertas do PSD e a recomendação da Assembleia da República na questão da central de Almaraz.

“O Governo acordou tarde e a más horas” para a construção de um novo armazém de resíduos nucleares na central de Almaraz, que Espanha aprovou à revelia da consulta a Portugal.

Um mês depois, o anúncio de que os governos de Portugal e Espanha tinham encontrado uma “resolução amigável” para o litígio entre os dois estados sobre a construção de um armazém de resíduos nucleares Almaraz não era senão propaganda política plantada por razões de conveniência e de marcação da agenda.

Ainda recentemente, o PSD questionou o presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) sobre a central nuclear, designadamente sobre as preocupações suscitadas pelo anunciado prolongamento do funcionamento e, também, por duvidar se tal facto não configura uma violação das regras da concorrência no setor da energia.

Governo esconde derrapagem na dívida no SNS



A dívida dos hospitais públicos à indústria farmacêutica continua a aumentar. A dívida aumenta 1,5 milhões de euros por dia, tendo atingido os 892 milhões de euros em março. A partir dos indicadores divulgados pela Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma), o agravamento da dívida do Estado à indústria farmacêutica situou-se nos 133 milhões de euros nos três primeiros meses de 2017.

“Assusta-nos verificar quem, em termos financeiros, todos os indicadores mostram uma deterioração preocupante”, sublinhou o deputado Miguel Santos.

A dívida total aumentou 11,9% (dezembro de 2016/dezembro de 2015); a dívida a mais de 90 dias cresceu 34,6% (em igual período); a dívida aos fornecedores de medicamentos agravou-se em 21,2% (fevereiro de 2017/dezembro de 2015); e a dívida às empresas de dispositivos médicos aumentou 17% (dezembro 2016/dezembro de 2015).

Para o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, estes dados são, antes de mais, “más notícias” e mostram um Executivo com um “discurso facilitador”. “O que o Governo tem feito sempre é um discurso facilitador, despreocupante para as pessoas. Mas a verdade é que os resultados, que são inegáveis, nos deixam preocupados” com a forma como são geridos os recursos públicos. E acrescentou que “o défice e os números, os gastos e a despesa descontrolada têm um impacto direto na vida das pessoas.”

Além disso, nos últimos três meses de 2016, “houve muita dívida que não foi assumida, nomeadamente aquela que é faturada pela indústria farmacêutica aos hospitais” e que “começa a aparecer agora em 2017, porque os serviços e os fornecimentos foram prestados e alguém tem que pagar.”

Falando na Comissão de Saúde, Miguel Santos referiu que “se não acontecer nada este ano, se tudo se mantiver igual, chegaremos ao final de 2017 com um défice de 420 milhões”. “A menos que venha depois mais um cheque”, que alguém pagará e que poderá ser maior “se acontecer algum descontrolo ou alguma derrapagem para pior”.

Miguel Santos criticou o malabarismo do Ministério na contabilidade dos números.

“A chico-espertice no manuseamento dos défices e dos números pode acontecer um ano ou dois, mas não pode acontecer sempre. E nós sabemos muito bem que o défice em 2015 aconteceu porque, num único mês, o mês de dezembro de 2015, o primeiro mês em que este Governo está em funções, há uma antecipação de despesa e um diferimento de receita para 2016. Isso deu logo uma almofada para 2016. Mesmo assim, temos uma execução que termina com um défice de 420 milhões, já descontando essa almofada. Depois veio o cheque. Mas se a gestão não for alterada em 2017 vai piorar”, alertou.

O deputado recordou que 2012 foi o ano em que o Estado mais recursos afetou ao SNS: 10,5 mil milhões de euros, incluindo o pagamento de 1,5 mil milhões de dívida.

Durante a Comissão de Saúde, foram ouvidos os responsáveis da APIFARMA, da Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos, da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada e da Administração Central do Sistema de Saúde.

Governo criou um “folhetim desastroso” na CGD

O Governo geriu de “forma desastrosa” a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD). A acusação foi feita na audição ao ministro das Finanças, na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, por requerimento do PSD, por Margarida Balseiro Lopes. A deputada social-democrata lembrou que “foi graças ao Governo e ao ministro das Finanças” que “a Caixa se tornou sinónimo de um desvio enormíssimo de três mil milhões de euros”.

Margarida Balseiro Lopes recordou todos os casos que abalaram o banco público no ano passado. Um “folhetim” que se caracterizou pela forma hábil como o Governo esteve “a alimentar polémicas e a aumentar a instabilidade na Caixa”.

“E afinal onde estava a urgência? Não acha que foi responsável pela turbulência?”, questionou, referindo-se aos prejuízos de 2016 da CGD, que remontam a operações decididas com intervenção do executivo de José Sócrates e que resultaram de uma mudança na contabilização das imparidades. “Em que medida essas alterações vão empolar os bónus futuros dos administradores da Caixa Geral de Depósitos?”

Sobre o encerramento de 61 balcões por todo o País e a redução de trabalhadores, a deputada lamentou que o Governo não queira saber das consequências da reestruturação. “No plano de reestruturação, está ou não previsto que mais de duas mil pessoas vão ser mandadas embora?”, perguntou.

O PSD criticou, ainda, a emissão de dívida perpétua a investidores privados, com uma taxa de juro de 10,75%. “Como é que esta operação pode ser considerada um sucesso, quando a Caixa pagava 8% de juros ao Estado (CoCos)”, sublinhou.

PSD quer acesso ao caderno de encargos da auditoria ao banco público

Durante a comissão, o deputado Carlos Silva anunciou que o PSD vai avançar com um requerimento para pedir ao Governo que entregue ao Parlamento o caderno de encargos da auditoria da Ernst & Young aos atos da gestão da CGD entre 2000 e 2015.

Esta auditoria, anunciada por Mário Centeno, deverá revelar dados sobre a concessão de créditos, a aquisição e alienação de ativos e as decisões estratégicas e negócio.



PSD/Açores anuncia criação de Conselho Económico e Social



Duarte Freitas anunciou que o PSD/Açores vai “apresentar brevemente” uma proposta no parlamento regional que visa a criação do Conselho Económico e Social, cujo presidente deve ser eleito por dois terços dos deputados. “Queremos dar à sociedade civil açoriana um peso maior na composição do Conselho Económico e Social, retirando a tutela deste do governo regional e garantindo que o presidente deste órgão seja eleito por dois terços do parlamento regional”, afirmou Duarte Freitas, na abertura do colóquio “Sociedade, Economia e Democracia”, promovido pelo PSD/Açores, Ponta Delgada, ilha de São Miguel, dia 27.

O líder dos social-democratas açorianos salientou que esta iniciativa legislativa dá resposta “a um anseio da sociedade civil organizada”, nomeadamente da plataforma de parceiros sociais que também a defende (UGT, Federação Agrícola dos Açores e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores).

O presidente dos social-democratas açorianos afirmou que a iniciativa visa “cumprir o que está previsto” no Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Duarte Freitas afirmou que esta é uma proposta defendida “há muito” pelos social-democratas, registando “com satisfação que o governo regional tenha, agora, declarado o seu apoio a esta ideia do PSD/Açores e da sociedade civil”.

“Esperemos que outras propostas que vamos apresentar no âmbito deste diploma possam também ter o apoio da maioria, nomeadamente ser o Conselho Económico e Social a indicar o representante da sociedade civil para o gabinete da representação dos Açores em Bruxelas”, disse.

Além de conferir maior peso aos representantes da sociedade civil açoriana, a proposta legislativa a entregar brevemente no parlamento regional visa também “cumprir o que está previsto no Estatuto Político-Administrativo dos Açores”, que prevê, desde 2009, a existência do Conselho Económico e Social, um órgão consultivo em matérias de carácter económico, laboral, social e ambiental.

O presidente do PSD/Açores considerou que os representantes da sociedade civil organizada são os “melhores protagonistas” para debater o estado da sociedade, da economia e da democracia na Região.

“Não é com mais governo a controlar a vida das pessoas que vamos ultrapassar o estado de pobreza e de baixo nível educacional em que vive a sociedade açoriana. Os resultados de uma governação onnipotente e onnipresente estão à vista de todos”, frisou.

Para o líder dos social-democratas açorianos, “é nas famílias, nas empresas e nas instituições da sociedade civil que está o motor da economia, da sociedade e da democracia”.

“A força mobilizadora da democracia está nas distintas organizações de cidadãos; sejam elas dedicadas à cultura, à economia, ao ambiente, à solidariedade social, à saúde e à educação. Tenho dito e repetido que temos um governo dos Açores, mas que os Açores não são do governo”, sublinhou.

Segundo Duarte Freitas, “por muitos programas, por muito dinheiro, por muito sibilino controlo e ativa negação, a verdade é que cai sobre os açorianos uma dependência que é mais do que uma dependência política, partidária, social ou económica.”

“É uma quase trágica dependência psicológica. Uma dependência psicológica em relação ao poder, seja qual for o poder ou a qualquer das suas emanações”, afirmou.

Mas para o líder social-democrata, os açorianos “são muito mais do que isto”, pois constituem “um povo que fez da lava pão, que fez do infortúnio oportunidade, que ajudou a marcar o mundo e ainda hoje marca pelos vários continentes em que está espalhado”.

“Os açorianos não são feitos de fraqueza ou cobardia. Não teria sido assim que teríamos construído estas ilhas no meio do Atlântico, cobertos de maresia, atingidos por ventanias e sacudidos por terremotos”, defendeu.

O colóquio “Sociedade, Economia e Democracia” contou com intervenções dos representantes da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Federação Agrícola dos Açores e UGT-Açores, tendo sido moderado pelo jornalista Osvaldo Cabral.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Marcelo Rebelo de Sousa presente em Bruxelas

Portugal entra no Euro

- Governos de Cavaco Silva iniciaram o caminho para a moeda única
- PSD, na oposição, viabilizou Orçamentos de Estado de 1997 e 1998 a pensar no Euro

página 7

Interpelação parlamentar sobre relações Governo e grupos económicos

PSD denunciou favores do Governo Governo não esclareceu nenhum dos casos

página 6

TSD comemoram 1º de Maio

PSD propõe baixa do IRS e medidas para criar mais emprego

página 5



Iniciativa social democrata na AR

Privatização imediata da RTP

- RTP Internacional e RTP África mantêm-se públicas
- Serviço Público de Televisão aberto a concurso aos canais existentes

página 5

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães, para reunir no próximo dia 19 de Maio de 2017 (sexta-feira), pelas 18h30, na sede, sita no Largo do Toural, nº125, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise e discussão da estratégia política das autárquicas 2017
- 2 - Análise e votação do relatório de contas referente ao ano de 2016

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2017 (sábado), pelas 15h30, na sede, sita na Rua Infante D. Henrique, nº 110, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação financeira concelhia
- 3 - Análise da situação política local (projecto Autárquico - Acordo PSD/CDS)
- 4 - Outros assuntos

SATÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Satão, para reunir no próximo dia 15 de Maio de 2017 (segunda-feira), pelas 20h30, na Praceta Lodeiro, nº 48 - Satão, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Aprovação do perfil do candidato

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 20 de Maio de 2017 (sábado), pelas 15h00, na sede, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 45, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações do Presidente da CPS
- 2 - Análise da situação política



MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia da Marinha Grande, para o Plenário a realizar no próximo dia 10 de Junho de 2017, pelas 18:00 horas, na Sede do PSD/JSD Marinha Grande, sita na Av. 1.º de Maio, n.º 72, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD Marinha Grande para o biénio 2017-2019.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues, na Sede do PSD, à Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD, ou a quem, estatutariamente a possa substituir, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como as respectivas fotocópias dos documentos de identificação.

As urnas estarão abertas das 18:00 às 20:00.

MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se Concelhio da JSD de Mourão para o dia 3 de Junho de 2017 (sábado), pelas 17h, no Monte do Colmeal - Turismo em Espaço Rural, 7240-257, Mourão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios da JSD Mourão.

Notas:

As listas concorrentes deverão ser entregues na Sede do PSD Distrital de Évora, que para o efeito se encontrará aberta, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 17h e as 19h.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Vila Franca de Xira, para o Plenário a realizar no próximo dia 4 de Junho de 2017, Domingo, pelas 19h30m, sita na Rua da Praia, n.º 63, em Vila Franca de Xira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Vila Franca de Xira.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues, na Sede do PSD, à Presidente da Mesa da Assembleia da JSD, ou a quem, estatutariamente a possa substituir, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como as respectivas fotocópias dos documentos de identificação.

As urnas estarão abertas das 19h30m às 21h30m.

NESD - UTAD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Núcleo de Estudantes Social Democratas da UTAD, para reunir no dia 13 de Junho de 2017, pelas 15 horas, sita na Rua da Boavista, n.º 11 - 1.º, em Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Vila Real, ou a quem, estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

As urnas estarão abertas das 15h00m às 18 horas.